

HABEAS CORPUS Nº 557.769 - MG (2020/0010399-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DANIEL RESENDE MACIEL
ADVOGADO : DANIEL RESENDE MACIEL - MG129769
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LUAN HENRIQUE DELFINO MORAES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUAN HENRIQUE DELFINO MORAES em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.152118-6/000).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, em 30/10/2019, pela prática, em tese, do delito descrito no art. 155, § 4º, I, do Código Penal (furto qualificado pelo rompimento de obstáculo). A custódia foi convertida em prisão preventiva (e-STJ fls. 22/24).

Em 9/12/2019, foi recebida a denúncia (Ação Penal n. 0018148-19.2019.8.13.0111).

Irresignada com o indeferimento do pedido de revogação da prisão cautelar, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, contudo a ordem foi denegada, por unanimidade, conforme acórdão ementado nos seguintes termos:

HABEAS CORPUS – FURTO QUALIFICADO – PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA E MANTIDA PELO JUIZ – PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS ELENCADOS NOS ARTIGOS 312 E 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS – INADEQUABILIDADE.

1. Presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, não há que se falar em ilegalidade da decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, porquanto o acautelamento do agente se afigura necessário ao resguardo da ordem pública, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, tendo em vista as circunstâncias em que se deu o suposto evento delitivo.

2. O crime de furto qualificado, por cuja suposta autoria o paciente foi preso, encontra em seu preceito secundário pena máxima

Superior Tribunal de Justiça

privativa de liberdade superiores a quatro anos, o que implementa o comando normativo contido no inciso I do artigo 313 do Código de Processo Penal.

3. Presentes os pressupostos e aferida a necessidade da prisão preventiva, inviável a fixação de medidas cautelares diversas.

No presente *writ*, alega a defesa, de um lado, que não estão presentes os requisitos para manutenção da prisão preventiva e, de outro, que estão presentes os requisitos para concessão da liberdade provisória sem fiança, uma vez que o paciente não tem condições financeiras de arcar com o valor de eventual fiança arbitrada.

Requer seja concedida a "**LIMINAR**, ante a existência de *fumus boni iuris e periculum in mora* determinando a imediata **LIBERDADE PROVISÓRIA**" (e-STJ fl. 11).

O pedido liminar foi indeferido, em 21/1/2020, pelo Ministro Presidente JOÃO OTÁVIO DE NORONHA (e-STJ fls. 44/45).

Informações prestadas (e-STJ fls. 48/62).

Parecer ministerial, à e-STJ fl. 67, pelo não conhecimento do *habeas corpus*.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

O objeto da presente impetração cinge-se à verificação da existência de fundamentação no decreto que impôs a segregação cautelar ao paciente.

Insta consignar, preliminarmente, que a regra, em nosso ordenamento jurídico, é a liberdade. Assim, a prisão de natureza cautelar revela-se cabível tão somente quando, a par de indícios do cometimento do delito (*fumus commissi delicti*), estiver concretamente comprovada a existência do *periculum libertatis*, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Decorre de comando constitucional expresso que ninguém será preso senão por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente (art. 5º, inciso LXI). Portanto, há de se exigir que o decreto de prisão preventiva esteja sempre

concretamente fundamentado.

No caso, foram estes os fundamentos invocados para a decretação da constrição cautelar do paciente (e-STJ fls. 22/24):

Trata-se de auto de prisão em flagrante delito em desfavor de Luan Henrique Delfino Moraes, pela prática do crime previsto no art. 155, §4º, inciso I, CP.

O RMP manifestou pela conversão da Prisão em Flagrante em Prisão Preventiva do flagranteado.

Durante a madrugada de 30 de outubro do corrente ano, homens armados especializados em roubos a bancos arrombaram a agência do Sicoob do Distrito de Honorópolis, subtraíram valores ainda não contabilizados e armamento de fogo e colete balístico da firma de segurança que guarda a instituição, em ação minuciosamente planejada e executada com sofisticação.

Policiais militares, logo após o roubo, na mesma madrugada, abordaram 03 indivíduos, trajando blusões escuros, bonés e capuz, perto da agência assaltada, mas estes fugiram pela zona rural. Um deles foi alcançado, porém voltou-se efetuando vários disparos de arma de fogo contra os militares, conseguindo fugir.

Durante as diligências que imediatamente se seguiram, policiais que se deslocavam para Honorópolis depararam-se com um veículo Fox suspeito, tendo o mesmo desacatado as ordens de parada e furado bloqueio policial que havia sido montado. Em dado momento, o Fox perdeu o controle e bateu. Dois agentes desembarcaram e realizaram disparos de arma de fogo contra os castrenses.

Logo em seguida e no mesmo contexto, a polícia emitiu ordem de parada a LUAN, que conduzia um Gol Prata, mas ele também desobedeceu e fugiu sentido Campina Verde, porém acabou detido em novo cerco e bloqueio.

Questionado, LUAN apresentou versão frágil e inverossímil, de que era taxista em Uberlândia e deixou um casal perto da empresa Coca-cola em Iturama, cidade próxima do Distrito de Honorópolis. Ele ainda disse ter abastecido no Posto Pamplona, o qual, todavia, não realiza abastecimentos, funcionando apenas uma conveniência. No carro de LUAN, a PM apreendeu celulares que tocaram no mesmo horário da abordagem dos suspeitos e um boné e um blusão semelhante aos usados pelos assaltantes dantes visualizados pelos militares.

Logo, há indícios categóricos de autoria e participação.

Tem-se nos Autos que o APFD se mostra formal e materialmente em ordem.

Também nele se colheu indícios suficientes de autoria e materialidade delitiva.

Na fase do art. 310 do Código de Processo Penal, noto que se faz necessária a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva.

[...]

Como bem relata o iRMP, tem-se tratar de roubo a banco cometido com modus operandi de bando qualificado e atentado à vida de policiais, é delito concretamente gravíssimo e reclamado à custódia provisória.

[...]

Outrossim, entende-se por ordem pública a paz e a tranquilidade no meio social. Desse modo, a gravidade em concreto do crime, alinhado às pequenas dimensões do município de Campina Verde/MG, justifica a restrição da liberdade de maneira cautelar.

Necessária a prisão preventiva, vejo que as cautelares penais diversas são inadequadas e insuficientes. Inadequadas pois a gravidade em concreto do fato em tese criminoso reclama cautelar severa para se garantir a ordem pública. Também não é, a situação em exame, circunstância excludencial de ilicitude.

Desta feita, verifico que a custódia do flagranteado Luan é imprescindível para garantir a ordem pública e o sucesso das investigações.

Ante o exposto, converto o flagrante de LUAN DELFINO DE MORAES em prisão preventiva, o que faço atento aos artigos 310 e 312 do Código de Processo Penal. (Destaquei.)

Ao analisar o pedido defensivo de revogação da custódia cautelar, a magistrada de piso houve por bem indeferi-lo sob os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 25/26):

Verifica-se nos autos que o requerente fora preso como incurso no artigo 155, §4º, inciso I, CP.

A defesa do acusado alega que o crime não foi cometido com violência ou grave ameaça e, eventual condenação, seria menos gravosa que a prisão cautelar, haja vista que o requerente é primário e seu início de cumprimento de pena seria no regime aberto.

Assim, face à desproporcionalidade da prisão cautelar, roga pela liberdade provisória sem fiança, por ser pobre no sentido legal.

Como bem relata o iRMP, não se trata de um mero furto qualificado, mas sim de roubo a banco cometido com modos operandi de bando qualificado e atentado à vida de policiais, é delito concretamente gravíssimo e reclamado à custódia provisória.

Imperioso se faz o cerceamento de liberdade para garantir a ordem pública e o sucesso das investigações.

Não houve nenhum fato novo que pudesse macular o quadro fático-jurídico, mediante do apresentado até o presente.

Desse modo, a prisão preventiva deve ser mantida, uma vez que permanecem os requisitos ensejadores da mesma, conforme se

Superior Tribunal de Justiça

extrai da decisão dos autos em apenso (0017710-90.2019).

Assim sendo, é com tais fundamentos que indefiro o pedido de Liberdade Provisória e revogação de Prisão Preventiva em favor de LUAN HENRIQUE DELFINO MORAES.

Vê-se que a prisão foi decretada em razão da gravidade em concreto do delito imputado ao paciente, que seria integrante de um grupo fortemente armado especializado em roubos e furtos a bancos e instituição financeiras, delitos esses cometidos com o mesmo *modus operandi* e ação minuciosamente planejada e executada com sofisticação, tendo inclusive ocorrido troca de tiros quando da fuga, atentando-se contra a vida de policiais .

Dessa forma, justifica-se a imposição da prisão preventiva para a garantia da ordem pública e a fim de cessar a atividade delitiva por parte do paciente.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PRISÃO DOMICILIAR. INVIABILIDADE. FUNDADO RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. ORDEM DENEGADA.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que a determinação de segregar cautelarmente o réu deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da cautela (periculum libertatis), à luz do disposto no art. 312 do CPP.

2. A decisão que converteu a prisão em flagrante da ré em custódia preventiva evidenciou a periculosidade da acusada e a consequente necessidade de preservação da ordem pública, ante o fundado risco de reiteração delitiva, visto que ela registra condenações anteriores pela prática de outros crimes.

3. Embora a paciente esteja grávida, a substituição da prisão preventiva não se justifica, ante o fundado risco de reiteração delitiva.

4. Ordem denegada. (HC 402.268/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 29/8/2017.)

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO CAUTELAR. REITERAÇÃO DELITIVA. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. OCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. Não é ilegal o encarceramento provisório que se funda em dados concretos a indicar a necessidade da medida cautelar para garantia da ordem pública, especialmente em elemento extraído da conduta

Superior Tribunal de Justiça

perpetrada pelo acusado, qual seja, a reiteração delitiva, eis que consignado pelas instâncias de origem que o paciente ostenta condenação criminal com trânsito em julgado pelo crime de roubo circunstanciado.

2. *Ordem denegada.* (HC 327.892/MG, relatora MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, QUINTA TURMA, julgado em 18/8/2015, DJe de 01/9/2015)

Quanto ao pleito de substituição da prisão por medidas cautelares alternativas, as circunstâncias que envolvem o fato demonstram que outras medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal não surtiriam o efeito almejado para a proteção da ordem pública, tendo em vista mencionada necessidade de cessar a atividade delitiva do grupo especializado em roubos a bancos e instituições financeiras. O mesmo entendimento é perfilhado por esta Corte Superior, a exemplo destes precedentes:

PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO TENTADO. PRISÃO CAUTELAR. GRAVIDADE CONCRETA. PERICULOSIDADE. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. OCORRÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

1. *Conforme reiterada jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, toda custódia imposta antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória exige concreta fundamentação, nos termos do disposto no art. 312 do Código de Processo Penal.*

2. *Não é ilegal o encarceramento provisório decretado para o resguardo da ordem pública, em razão da gravidade in concreto dos fatos, a conferir lastro de legitimidade à custódia.*

3. *Nesse contexto, indevida a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, porque insuficientes para resguardar a ordem pública.*

4. *Recurso a que se nega provimento.* (RHC 68.535/MG, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 12/04/2016, grifei.)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. CONCURSO DE AGENTES. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. SENTENÇA POSTERIOR. MANTIDOS OS FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE. PRISÃO TEMPORÁRIA CONVERTIDA EM PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO AGENTE. MODUS OPERANDI DOS DELITOS. VIOLÊNCIA REAL CONTRA UMA DAS VÍTIMAS, NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE A INSTRUÇÃO DO PROCESSO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS

CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

3. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

[...]

6. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça que as condições favoráveis do paciente, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada.

7. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública.

Habeas corpus não conhecido. (HC 393.464/RS, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 04/09/2017, grifei.)

Portanto, ao contrário do alegado pela defesa, os fundamentos acima delineados indicam a necessidade de se manter o paciente segregado, não se revelando adequado, por outro lado, possibilitar-lhe responder ao processo em liberdade.

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator